

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

NOTAS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA NATUREZA DO
PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO BRASIL
PARA A REPRODUÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA

NOTAS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA NATUREZA DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO NO BRASIL PARA A REPRODUÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA

I. Introdução

O processo de transição ao capitalismo no Brasil segue relevante para a compreensão desta quadra histórica. A especialização produtiva, marca da inserção dos países da região na divisão internacional do trabalho dessa fase de transição, foi regressivamente retomada com vigor desde os anos 1990, período de consolidação do neoliberalismo como ideologia hegemônica global. Seu resultado mais visível vem sendo explorado no debate sobre reprimarização da pauta de exportações, iniciado por Gonçalves (2003). Dos elementos do processo de transição ainda presentes na conjuntura, cabe destacar aqueles que se referem à repercussão sobre a natureza do Estado e da representação política, que julgo fundamentais para entender a reprodução da condição de dependência.

Entendo que o processo de transição ao capitalismo no Brasil segue sendo discutido sobretudo no ambiente acadêmico. Aparentemente, isso se deve a uma sedimentação das posições interpretativas, que se tornam referências “clássicas” em diferentes vertentes do saber científico. Na economia, afora a economia política, em geral as abordagens circunscrevem-se às segmentações das áreas, fazendo com que os âmbitos da produção, circulação e regulação do capital sejam vistos como independentes e, portanto, passíveis de um tratamento autônomo. Raramente há enfoques transversais. Ocorre que a natureza da transição ao capitalismo no Brasil ainda confere características estruturais à base produtiva da economia e ao Estado que têm repercussões na esfera da política, pois interferem na

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

Professor Titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Professor do corpo docente permanente dos programas de pós-graduação em Economia e de Relações Internacionais do IERI-UFU.

E-mail: nafilho@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2421-4890>

Agradeço aos comentários e sugestões dos meus colegas do IERI-UFU José Rubens Damas Garlipp e Vanessa Petrelli Corrêa.

diferenciação de classes e na composição das forças sociais, que são o motor da nossa história. Portanto, a questão relevante não é tanto a respeito da natureza da transição, mas de como ela se mantém interferindo na reprodução social.

O aspecto que merece análise é o da relação, o nexos, entre o âmbito produtivo capitalista, fruto da transição, mas também do desenvolvimento histórico do capitalismo dos anos 1970 em diante, e o âmbito político da disputa do poder representado pelo Estado. Está claro que a disputa pelo poder do Estado não é de matriz exclusiva das forças produtivas especificamente capitalistas, abrangendo um leque maior de relações sociais que ocorrem na periferia social. Não obstante, é neste núcleo que se formam as forças sociais com capacidade de intervir e alterar os rumos do desenvolvimento histórico.

O artigo está organizado em três seções, além desta breve introdução. Na primeira, discuto a natureza da base econômica capitalista brasileira, resultado das transformações impulsionadas pelas relações sociais capitalistas ao longo do período de transição ao capitalismo. A segunda seção trata das implicações dessa base para a conformação da estrutura social de classes e frações. Na terceira, discuto as dificuldades de transformação social relacionadas à especialização produtiva estrutural brasileira.

2. A natureza da base econômica e sua relação com a estrutura social na América Latina – algumas observações

O processo de transição ao capitalismo é ainda tema de debate entre cientistas sociais no Brasil e no mundo. Em geral, as formulações seminais que são base para a discussão brasileira tratam do processo de surgimento do capitalismo na Europa e da ascensão da burguesia como força política revolucionária, que emerge das atividades ampliadas de comércio e, sobretudo, do avanço das forças produtivas capitalistas, que vão culminar na Revolução Industrial. Para nossa referência, este tema está fundamentalmente tratado por Marx em *O Capital*, embora diversos historiadores

tenham aprofundado elementos que só foram visíveis com o próprio avanço do capitalismo ao final do século XIX e começo do século XX, até a Primeira Guerra Mundial. Referências que retratam controvérsias no âmbito do marxismo e características desses períodos podem ser encontradas em Hobsbawm (1979; 1982; 2015) e Hobsbawm e Sweezy (2008). Uma resenha crítica recente dessas posições, tendo como referência a transição brasileira, está em Salgado (2019).

O avanço e a disseminação do capitalismo em outras regiões do mundo apresentam evidentemente especificidades, que têm a ver com o momento e as condições concretas em que o processo se desenvolve. Na América Latina, a apreensão dessas condições esteve sujeita a polêmicas, com intensidade particular nos anos 1960, que configuram o período final da transição em muitos países da região, como é o caso do Brasil. Em Bresser-Pereira (1985), há esforço de síntese das diversas correntes em disputa, com formulação de seis interpretações do processo de transição no Brasil, correspondentes a dois pactos políticos vigentes ao longo do século XX, com destaque para o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Há ainda discussão de um terceiro pacto político e três novas interpretações, mas estas já num período recente, dos anos 1980 em diante, e, portanto, fora das nossas preocupações neste artigo (BRESSER-PEREIRA, 1997). Evidentemente, a apreensão de cada uma dessas interpretações e a própria ideia de reuni-las por pactos sociais estão sujeitas a contestações. O que importa é o apontamento da relevância dos anos 1960 para a sedimentação de interpretações do desenvolvimento brasileiro.

Segundo Bresser-Pereira, os anos 1960 são marcados pela crise do pacto populista, que teria tido vigência de 1930 a 1961, e pela emergência do pacto autoritário tecno-burocrático capitalista. Com isto, houve espaço para novas interpretações do desenvolvimento capitalista brasileiro, reunidas, segundo ele, em quatro vertentes. A primeira, que deu sustentação ao pacto em vigência naquele período, é chamada de interpretação “Autoritário-Modernizante”, fruto da unificação da burguesia agrário-mercantil e a industrial, sob o

comando político da tecnoburocracia estatal e a proteção do imperialismo, representado pela presença do capital multinacional. Há duas ideias-chave: desenvolvimento econômico e segurança nacional. Os pontos de apoio teórico e ideológico são a Escola Superior de Guerra, sintetizados na produção de Golbery do Couto e Silva e Roberto Campos.

As demais três vertentes são críticas. A primeira delas é a interpretação “Funcional Capitalista”, que teria dominado grande parte da esquerda daquela conjuntura longa. Os representantes são Caio Prado Jr. (1966), João Manuel Cardoso de Melo (1982), Fernando Novaes (1973), Francisco de Oliveira (1972; 1977), e o CEBRAP. A segunda é chamada de interpretação da “Superexploração Imperialista”, que, segundo Bresser-Pereira, seria uma interpretação ressentida, pela posição crítica radical ao capitalismo que se estabeleceu no Brasil. Os representantes são André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Florestan Fernandes. Finalmente, a terceira interpretação é chamada de “Nova Dependência”, que seria muito menos radical na crítica à interpretação nacional burguesa. Esta interpretação teria incorporado “novos fatos históricos”, dos quais o mais relevante teria sido o grau de internacionalização da economia e suas consequências. Os representantes são Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Pinto, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Frederico Mazzucchelli e todo o grupo que viria a ser conhecido como Escola de Campinas.

À parte a forma de classificar as interpretações e mesmo algumas repetições de intérpretes em mais de um grupo, o que nos interessa é chamar a atenção para a grande produção crítica ao desenvolvimento brasileiro do período de transição ao capitalismo.

Na historiografia brasileira, os anos 1960, sob égide do Golpe Militar, constituem marco final da transição ao capitalismo. Há destaque para as reformas institucionais embutidas no PAEG e na Constituição Brasileira de 1967; e também para o processo de industrialização, que em geral não se especifica como relacionado à transição ao capitalismo, mas como o

processo de consolidação da indústria na economia nacional. Uma parcela importante das contribuições se volta para discutir a natureza mesma da industrialização.

Em Furtado (1971), há formulação seminal sobre este tema, mostrando inclusive duas fases do processo de industrialização, demarcadas pela Crise de 1929. Na primeira fase, cujos dados mais precisos estão disponíveis a partir do Censo de 1872, ocorre uma expansão da indústria impulsionada pelas necessidades do complexo cafeeiro. Numa segunda fase, inicia-se um intenso processo de substituição de importações (PSI). Em Suzigan (1986), há resenha das principais interpretações do processo de industrialização no Brasil, incluindo o processo de substituição de importações, focado nas suas determinações e alcances.

Contudo, é em Bamberger (2015) que é possível encontrar onexo fundamental entre o processo de transição ao capitalismo e a industrialização. Ela mostra que a diferença do que ocorreu na Europa, na América Latina há importância crucial do capital estrangeiro, que se constitui no principal tipo de capital que determina o ritmo da dinâmica da transição. Para apreender as diferenças internas à região, Vânia Bamberger cria uma tipologia com ênfase na amplitude e intensidade do processo de industrialização. Ela denomina economias do tipo A aquelas que apresentavam algum processo de industrialização antes da Segunda Guerra Mundial. Nelas, há estruturas diversificadas, com predomínio do setor exportador, que impulsionam a industrialização. Aí estão Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia.

As economias do tipo B são aquelas em que o processo ocorre depois da Segunda Guerra Mundial. No caso destas, todo o processo de industrialização se faz pela presença do capital estrangeiro, configurando estruturas primário-exportadoras. Antes disto, o setor secundário estava composto quase que exclusivamente por indústrias artesanais. Há separação entre aquelas que se industrializaram no imediato pós-guerra, que são Peru, Venezuela e os países centro-americanos; e as de industrialização tardia, que são o Haiti e o Paraguai, sem qualquer diversificação industrial. Em ambos

os casos, o processo de industrialização foi todo ele produto da integração monopólica mundial.

Um segundo nexos fundamental está em Marini (2000), particularmente num ensaio fundante do que veio a ser conhecido como Teoria Marxista da Dependência: “Dialética da Dependência” (1973). Neste ensaio, Marini caracteriza, a partir de Marx, o que denomina de capitalismo deformado latino-americano, *e.g.*, um capitalismo marcado pela especialização produtiva e pela superexploração da força de trabalho. Este ensaio apreende elementos essenciais para a compreensão da natureza particularmente concentrada do processo de reprodução do capital, ainda que se atenha ao núcleo capitalista industrial da economia, com grande concentração no que hoje é a região Sudeste brasileira.

Ainda que não destaque a especificidade do capitalismo na América do Sul, como fazem Bamberger e Marini, é Cano (1985) que nos chama a atenção para a heterogeneidade deste processo brasileiro, tanto do ponto de vista espacial, quanto por setores da economia. Ele mostra os desequilíbrios sociais e econômicos desta concentração no país, dando pistas da sua repercussão política. Os campos teóricos e políticos são distintos em comparação à TMD, mas há compatibilidade possível no âmbito da dinâmica de expansão do capital.

É justamente neste âmbito que se apresenta a contribuição de José Graziano da Silva (1982; 1997) ao discutir o processo de transição capitalista no âmbito rural, especialmente a modernização da agricultura em condições de grande concentração da posse da terra, e posteriormente a sua fase avançada, que denominou de “O Novo Rural”. Em Delgado (1985; 1997) esta questão está mais bem desenvolvida na esfera em que estamos tratando do tema.

Finalmente, temos o plano das discussões relacionadas à expansão e característica do capital financeiro que se forma na região. Em Maria da Conceição Tavares (1977; 1986), há tanto a discussão do processo de industrialização no período de substituição de importações, quanto a discussão

do processo de constituição e expansão do capital financeiro no Brasil. José Carlos de Souza Braga (1993a; 1993b) aponta as especificidades do capital financeiro brasileiro e latino-americano, mostrando de forma pioneira o que denominou de financeirização da riqueza capitalista. Ademais, também de forma pioneira, chama a atenção para a ideia de finanças industrializantes, que não estariam presentes na América Latina, especialmente no Brasil, única economia da região em que o avanço e a diversificação da industrialização permitiriam um processo sinérgico entre o capital industrial e o financeiro, marca da ascensão do Japão em nível global.

3. Implicações da natureza da base econômica para a constituição do Estado capitalista

Está claro que a natureza dependente e especializada da base produtiva brasileira apresenta em si repercussões para a configuração da estrutura social. Esta é a principal característica apresentada por Marx ao fazer sua profunda análise do capitalismo como ordem social em formação no mundo. A configuração da produção de riqueza em cada sociedade nacional vai amoldando a diferenciação de classes no seu impulso principal de determinação da estrutura social, a partir das relações sociais capitalistas. No capitalismo maduro, este impulso de conformação da estrutura social a partir da base produtiva assume sua condição contraditória, de modo que as relações sociais, a estrutura social, influenciam a base produtiva, estimulando processos inovativos. De algum modo, isto está apreendido em nível mais geral por Poulantzas (1968; 1978). Na literatura “clássica” brasileira isto está retratado pelas discussões a respeito da “revolução brasileira”; e mais recentemente pelas análises sobre as dificuldades de se realizar alguma transformação social, conforme veremos mais à frente.

Ocorre que há outras dimensões da formação econômica brasileira que afetam enormemente a estrutura social. Há literatura sobre isto. Um exemplo é Coutinho (2006), cujos apontamentos que nos interessam são dirigidos à configuração de três paradigmas que ele considera indispensáveis para

analisar a transição brasileira. O primeiro deles é a “via Prussiana”, no qual há fortalecimento do âmbito político do Estado, conservando-se elementos de uma forma de organização social anterior. O segundo paradigma é o da “revolução passiva”, que se caracteriza por um acordo político das classes dominantes, com exclusão das classes subalternas; e o terceiro é o da “modernização conservadora”, que tem a ver com a sustentação do interesse e poder dos grandes latifundiários do período pré-capitalista.

De certo, com o passar do tempo, constituímos uma nação brasileira, ainda que – o que é positivo – com suas muitas especificidades regionais. Mas cabe insistir que a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. Para usar a terminologia de Gramsci, isso impediu que nossas “elites”, além de dominantes, fossem também dirigentes. O Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma “ditadura sem hegemonia”, ou, para usarmos a terminologia de Florestan Fernandes, uma “autocracia burguesa” (Fernandes, 1975:289 e ss.). (COUTINHO, 2006, p. 176)

Em Gregório (2019), há apropriação dessas ideias para uma discussão do Estado brasileiro e de suas políticas públicas. O enfoque é gramsciano e “tem por propósito explicitar o papel do Estado [...] na disseminação da concepção burguesa de mundo e na execução das políticas públicas em geral para a materialização dessas ideologias.” (*ibidem*, p. 11). Daí o artigo citado pretende desenvolver, nas palavras do autor, “algumas anotações pertinentes, a fim de elucidar o caráter ampliado do Estado, ressaltando aspectos históricos importantes e seus impactos em ações mais recentes” (*idem ibidem*). Embora a intenção seja mostrar o caráter excludente do Estado e de suas políticas, o artigo dá sustentação à ideia de que as classes subalternas ficaram de fora das políticas implementadas pelo Estado no período de transição ao capitalismo no Brasil. Ainda para o mesmo autor, apenas no

período da “nova república” há ascensão de uma representação política dos trabalhadores, ainda assim concentrada em algumas regiões do país.

Na trilha aberta por Marx, há contribuições relevantes da Teoria Marxista da Dependência quanto à relação entre a estrutura produtiva e a social. Em Marini (2000), fica claro que a formação do mercado de trabalho no Brasil engendra a superexploração estrutural da força de trabalho. Isto significa que todo o processo de transição ao capitalismo no país foi cumprido com excedente expressivo de força de trabalho, com duas consequências importantes: a primeira é que o mercado de trabalho se forma sob patamares muito baixos para as condições sociais que podiam ser alcançadas pelo grau de desenvolvimento da economia; a segunda é que o grau de exclusão social daquilo que poderia ser denominado de economia capitalista é expressivo e estrutural, de maneira que a exclusão não só se reproduz, como aumenta pelo descompasso entre a expansão significativa da população em comparação ao aumento na oferta de empregos.

Ademais de apontar as condições dinâmicas para a reprodução da superexploração da força de trabalho, Marini mostra que um dos elementos que permitem essa reprodução é a imensa disponibilidade de força de trabalho em nível muito além da capacidade de absorção do núcleo econômico especializado da economia. A consequência, para além daquela explorada por Marini, é que a estrutura social fica precarizada, dificultando significativamente a representação política e social.

Há também contribuições de historiadores para mostrar a natureza do mercado de trabalho no Brasil, buscando os elementos de origem e dando suporte a apreensões de Marini, embora na maior parte dos casos sem uso do conceito de superexploração da força de trabalho. Exemplos são os trabalhos de Barbosa (2003), com ênfase na formação econômica brasileira anterior ao processo de transição ao capitalismo e na primeira fase de industrialização até os anos 1920, e os de Duarte (2010;2015), em que a ênfase é no período de industrialização por substituição de importações, com apreensão da categoria da superexploração da força de trabalho.

Em Draibe (1985), há discussão a respeito do processo de formação do Estado capitalista no Brasil, que corresponde às etapas de formação de funções relacionadas às três mercadorias fictícias distintivas do capitalismo: terra, trabalho e dinheiro (POLANYI, 2000, capítulo 6; GARLIPP, 1997). Em outras palavras, essas funções são de regulação dessas três mercadorias. O período principal para isto corresponde à fase de industrialização antes apontada, que *grosso modo* vai da década de 1930 à década de 1960.

Costuma-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na ‘modernidade’, mas me parece mais preciso dizer que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo. Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com um Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o ‘modo de produção especificamente capitalista’, ou seja, a indústria. (COUTINHO, 2006, p.176)

Há toda uma discussão sobre este tema, que abrange, como já o dissemos, o debate a respeito da natureza da “revolução brasileira”. As principais referências que estamos tomando como base são os trabalhos de Prado Jr. (1987), Fernandes (1975) e Ianni (1968; 1981). O que o debate não explora é que este processo de formação do Estado capitalista se faz principalmente com forças políticas concentradas no que é hoje a região Sudeste do país, centro das transformações produtivas capitalistas, ainda que se mantenha a influência política das oligarquias do Nordeste e do Sul.

Em Draibe (1985), a afirmação é de que o Estado capitalista se conforma sob influência fragmentada de três forças políticas visíveis à época: a burguesia industrial, em processo de expansão e diferenciação; a burguesia agromercantil, fragilizada pela crise, mas ainda indispensável ao processo de acumulação de capital; e os trabalhadores urbanos dos dois principais centros da época: Rio de Janeiro e São Paulo. Segunda ela, são os interesses constituídos por essas três forças sociais que vão influenciar a forma e o ritmo da consolidação das funções do Estado capitalista. Esta influência

se faz sem que qualquer dessas forças tenha condições de exercitar hegemonia, o que conferiu certa “autonomia relativa” ao Estado para assumir protagonismo institucional, em uma linha parecida com os argumentos de Coutinho (2006).

Ora, essa formulação deixa de levar em consideração aspectos outros da estrutura social brasileira relacionados à parcela social incapaz de se organizar em defesa dos seus interesses, talvez por serem aspectos secundários ao foco das preocupações da autora. Com efeito, o centro do eixo da acumulação de capital que Furtado (1971) aponta como um dos principais elementos transformadores dos anos 1930 abrange apenas os impulsos de estruturação da sociedade relacionados à parcela que está incorporada ao que hoje chamamos de “mercado”. Uma outra parcela muito maior, do ponto de vista quantitativo, ficava de fora, tanto do processo de modernização capitalista, quanto de qualquer progresso material. Engendra-se ali o contingente de excluídos, parte do qual se constitui em exército industrial de reserva, pois há a questão de que a modernização vai impondo qualificação da força de trabalho.

As estatísticas produzidas pelo IBGE que corroboram esta situação estão retratadas pelas variáveis “população em idade ativa”, “população economicamente ativa”, “população ocupada”, “empregados formais e informais”, dentre outros detalhamentos. Evidentemente, o processo de transição ao capitalismo interfere nesses números, sobretudo se é possível um recorte regional.

Ruy Mauro Marini, especialmente no seu ensaio “Dialética da dependência”, apreende esses aspectos de forma integrada com a dimensão produtiva, especializada, de modo a caracterizar o capitalismo brasileiro e latino-americano como um capitalismo *sui generis*, deformado pela formação e reprodução estrutural da superexploração da força de trabalho. Ele ressalta a dimensão da desigualdade a partir de um patamar de insuficiência de reprodução das condições sociais mínimas que as sociedades latino-americanas poderiam oferecer. Ressalta também a limitação estrutural da escala da acumulação de capital.

4. As dificuldades e os custos econômicos e sociais de um processo de mudança estrutural

Configurada a transição e formada, em linhas gerais, a economia capitalista avançada, ocorre um movimento tendencial de reprodução das condições de acumulação de capital e, por extenso, da sociedade. Estão muito claros dois aspectos apontados por Marx sobre a reprodução dessas condições. O primeiro é que o movimento tendencial de reprodução das condições de produção está sujeito às tensões das contradições específicas desta fase do ciclo do capital. Aí estamos tratando não apenas das condições específicas de exploração do trabalho pelo capital ao longo do ciclo de negócios, mas também das condições estruturais, que abrangem a incorporação de novas tecnologias de produção (KALECKI, 1980). Em uma palavra, estamos tratando das relações sociais de produção.

Evidentemente, não há determinismo neste movimento tendencial, que pode ser alterado por condições relativas ao plano político, não apenas da luta de classes – capital \ trabalho –, mas também das condições relativas à luta política pelo controle do poder político do Estado, dada a especificidade que esta instituição ocupa na regulação do processo de reprodução social. Offe e Ronge (1984) formulam a regulação realizada pelo Estado como sua principal função estrutural no processo de reprodução social. Para eles, a garantia das condições estruturais de acumulação de capital é a estratégia síntese do poder político do Estado. O destaque aqui a eles cabe pela relação síntese que fazem entre os âmbitos do Estado e dos mercados, formulando, para o primeiro, quatro determinações estruturais: a garantia da propriedade privada, a dependência estrutural de impostos, a necessidade de legitimar-se como poder público, e a garantia da reprodução social.

O que procuramos sustentar nas seções anteriores é que as características da base produtiva da economia nacional, tanto no plano da natureza dos ramos produtivos, quanto na configuração das forças sociais em disputa pelo poder político do Estado, têm repercussões sobre o movimento estrutural tendencial. Quanto mais especializada for a economia nacional,

maior é a força de representação das frações do capital correspondentes a essa especialização. Em outras palavras, as frações da burguesia nacional (POULANTZAS, 1974, pp.75-90) são mais poderosas na representação dos seus interesses no âmbito do Estado. Mas não apenas isto. As frações das classes subalternas, no caso os trabalhadores ligados aos setores produtivos especializados, são constringidas à defesa das frações da burguesia que controlam os principais setores da economia, pela imposição das suas circunstâncias de reprodução social.

Em Osorio (2014; 2017), a apreensão desses aspectos fica mais bem esclarecida, considerando que seu objeto privilegiado são as economias dependentes latino-americanas. Segundo ele, há um Estado visível, que consiste num conjunto de instituições de diferentes esferas e níveis de governo. Essa configuração é fruto do movimento histórico de atuação de forças sociais que ocupam o aparelho de Estado e está em muito relacionada às exigências do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, a materialidade institucional decorre das funções estruturais do Estado teorizadas e referenciadas antes pelo trabalho de Offe e Ronge (1984).

Por outro lado, há o Estado invisível, fruto das disputas de classe, de suas frações, e da atuação do que Faoro (1975) chama de “estamentos sociais” na sua sustentação da natureza patrimonialista do Estado brasileiro.

Para as classes sociais, conservar o poder político significa contar com a força social para organizar a vida em comum. Este não é um assunto irrelevante, porque implica criar um redemoinho na vida em comum, ao redor do qual fundamentalmente tudo gira, permitindo assim que os projetos e interesses dos que detêm o poder político prevaleçam – mais do que absorver e assumir posições e interesses de outras classes. Os assalariados podem reivindicar empregos ou melhores salários. E é possível que alcancem estes objetivos em tempos e períodos específicos. Porém, permanecerão em um contexto em que a condição do trabalho assalariado se mantém. E isso é parte dos interesses das outras classes, as que dominam. (OSORIO, 2017, p. 25)

O ponto em questão é que as forças invisíveis que atuam para defender seus interesses e alcançar hegemonia política concentram-se naquilo que poderíamos denominar de sociedade capitalista, isto é, naquela parcela social que, de algum modo, se insere no âmbito do mercado. Há outra parcela social que, embora sobreviva às margens das regras que presidem a sociedade capitalista, não se expressa como força social, sendo, basicamente, aquela parcela que vive na informalidade, sem se beneficiar plenamente dos direitos políticos de cidadania. Há representações localizadas, como o MST e tantos outros, mas que não alcançam a dimensão da parcela dos excluídos. A incorporação desta parcela à formalidade depende da dinâmica política conjuntural, via de regra sendo uma interpretação de fora, isto é, de forças sociais que buscam acúmulo de musculatura para a disputa efetiva do poder político do Estado.

Todos esses elementos até aqui colocados constituem retrato da sociedade brasileira. Contudo, para além deles, há o desenvolvimento histórico do capitalismo. Desde os anos 1990, com o *derrube* do socialismo real e o final do período da Guerra Fria, o capitalismo retomou sua trajetória de ordem social hegemônica em nível global, conferindo à lógica do capital o *status* de referência para a institucionalidade, já sob o manto ideológico do neoliberalismo. Ainda que não se tenha concretamente a condição de mercados autorregulados, pela indispensabilidade da regulação do Estado, o âmbito da economia (nacional e global) ganhou primazia. Com isto, configurou-se uma instância de regulação supranacional, abrigada em organismos internacionais, a maior parte deles sob a institucionalidade da ONU. Forjaram-se “regras universais” que impõem normas de funcionamento ao comércio internacional, ampliando-se o espaço para patentes, regras para a dinâmica das finanças globais – abertura e desregulamentação dos mercados –, regras para o funcionamento do Estado no âmbito das economias nacionais, advogando-se as vantagens do Estado mínimo. As políticas econômicas nacionais ganharam características-padrão, de boas práticas internacionais.

Ao mesmo tempo, configurou-se uma instância de regulação supranacional, abrigada em organismos internacionais, a maior parte deles sob a institucionalidade da ONU, que reproduzem e defendem essas mesmas regras.

O que se observa é a convergência para que as políticas econômicas nacionais ganhem características-padrão, de “boas práticas internacionais” e de “bons fundamentos macroeconômicos”, como se esses fossem naturais ou socialmente desejáveis.

Nesse período histórico, à natureza dependente constitutiva da economia brasileira impuseram-se novos constrangimentos que engendraram custos de reversão para as políticas nacionais. A possibilidade de transformação social ficou mais difícil de ser alcançada, sobretudo para uma sociedade como a brasileira. Carlos Lessa, emérito professor da UFRJ, denominava essa divisão social brasileira, com grande contingente de marginalizados, de “sociedade de *apartheid* social”. Não vejo possibilidade política de transformação social suficiente para vencer essa desigualdade pelos mecanismos políticos da democracia burguesa. Mesmo a pandemia da COVID-19, com o número de mortes que alcançou e com a desigualdade que desnudou, não foi capaz de movimentar mudança.

Em síntese, podemos elencar os seguintes elementos centrais extraídos deste artigo:

1. O processo de transição ao capitalismo ainda se faz presente na conjuntura, ainda que tenhamos capitalismo avançado, pois o núcleo da economia é praticamente o mesmo que se observava nos anos 1970. Houve mudança da importância relativa de setores e evolução institucional e tecnológica. O setor industrial alcançou seu auge nos anos 1980 e a partir daí foi sendo substituído pelo agronegócio, numa mudança de eixo de acumulação semelhante àquela dos anos 1930, porém no sentido inverso. Este é o fenômeno da reprimarização da pauta de exportações da economia brasileira. O fenômeno não denota regressão produtiva, mas altera a correlação de forças no coração da sociedade capitalista brasileira.

2. O poder político central – o Estado brasileiro – mantém-se sob o controle das forças políticas tradicionais. Sem preocupação de rigor teórico, poderíamos chamar essas forças de elites brasileiras. Elas capturam, no essencial, aquilo que chamamos atenção de convergência no escopo da luta política de classes, entre frações da burguesia e do proletariado. A parcela marginalizada mantém-se majoritária e significativa em termos relativos, além de muito maior em termos absolutos. Ainda assim não se converte em força social de mudança.

3. A condição geral de dependência se reproduz não apenas pelos interesses da base econômica especializada e subordinada ao grande capital internacional, mas também por mecanismos adicionais conferidos pelo capitalismo financeirizado (RAPOSO *et alii*, 2018). O poder político do Estado mantém-se sob controle das forças políticas que controlam a produção de riqueza no Brasil, sem qualquer sinalização de mudança.

4. Nessas condições, os partidos políticos são braços diretos desses interesses, sem conteúdo ideológico de identidade. A representação social está distante da configuração social. Isto torna a análise das condições políticas de sustentação de governos particularmente complexa, de maneira que a literatura especializada precisa ser qualificada para as condições sociais brasileiras. O uso extensivo das categorias de Poulantzas, como, por exemplo, a de bloco no poder, ou burguesia interna, parece-nos insuficiente para contemplar a complexidade da estrutura social brasileira.

Enfim, essas notas configuram, na minha opinião, linhas gerais de uma agenda política nacional, que não pode prescindir de esforço de pesquisa. Entendo que a Sociedade Brasileira de Economia Política, nos seus 25 anos de existência, vem conferindo espaço para que as diversas posições teóricas e políticas do campo crítico das ciências sociais se expressem livremente nos seus Encontros Nacionais e Revista. De minha parte, sigo perseguindo a aspiração de construção de uma sociedade menos desigual e mais justa.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3ª Edição. Florianópolis: Insular, 2015.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Tese (doutorado em Economia) – IE-Unicamp, Campinas, 2003.
- BRAGA, José Carlos de Souza. “A financeirização da riqueza – a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais”, *Economia e Sociedade*, n. 2, Unicamp, Campinas, 1993a.
- _____. “Finanças industrializantes: as condições para um novo desenvolvimento nos anos 90”, *Economia Ensaios*, v. 8, n. 1, pp. 73-83, UFU-Impresso, Uberlândia, 1993b.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. “Seis interpretações sobre o Brasil”. In: *Pactos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. Campinas: Editora Unicamp, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”. In: LIMA, Júlio César França (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, pp. 173-200.
- DELGADO, G.C. “A questão agrária face ao capital financeiro”. In: DELGADO, G.C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-85*. São Paulo: Ilone/Unicamp, 1985.
- _____. “Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980”. In: SZMRECSÁNYI, T. & CANO, W. (orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 209-226.
- DRAIBE, S.M. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. *Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil*. Dissertação (mestrado em Economia) – IERI-UFU, 2010.
- _____. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. Tese (doutorado em Economia) – IE-Unicamp, 2015.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 2ª ed, 1975.
- FERNANDES, F. A *revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.
- FRANK, André Gunder. “Desenvolvimento do subdesenvolvimento”. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 (publicado originalmente em *Monthly Review*, v. 18, n. 5, setembro de 1966).
- FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- GARLIPP, J. R. D. “Keynes, Marx e Polanyi: três contribuições para se enxergar o ponto cego da mentalidade do mercado no capitalismo contemporâneo”. In: *Anais do II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: PUC, 1997, pp. 40-57.
- GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional*. Transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2003.
- GREGÓRIO, José Renato Bez de. “Concepção gramsciana de ‘Estado ampliado’, aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas”. In: COSTA, Joaquim Gonçalves da Costa et alii (orgs.). *Estado, território e políticas públicas* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2019, pp. 11-32.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1979.
- _____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª edição, 2015.

- HOBBSAWM, Eric J.; SWEEZY, Paul et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- IANNI, O. *Estado e planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição, 1986.
- _____. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000 (1973).
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial [1777-1808]*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OFFE, C. & RONGE, V. “Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista”. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Economia brasileira: crítica à razão dualista”, *Estudos CEBRAP*, n. 2, outubro de 1972.
- _____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. *Temporalis*, n. 34, ano 17, pp. 25-51, Brasília (DF), jul./dez. 2017.
- _____. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª edição, 1974.
- _____. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. “Adendo à revolução brasileira”, *Revista Civilização Brasileira*, n. 14, julho 1967.
- RAPOSO, B. F.; ALMEIDA FILHO, N. & AMARAL, M. “Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado”. In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, Niterói, 2018.
- SALGADO, P. “Agency and geopolitics: Brazilian formal independence and the problem of Eurocentrism in international historical sociology”, *Cambridge Review of International Affairs*, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557571.2019.1638343>
- SILVA, J. F. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar 1982.
- _____. “O novo rural brasileiro”. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da & ORTEGA, Antonio César (orgs.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro*. Uberlândia: EDUFU/ EMBRAPA/Unicamp, 1997.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2ª edição, 1986.
- _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 6ª edição, 1977.